

# Falta de dados raciais das vítimas dificulta combate ao feminicídio

*Mulheres negras são maioria entre as vítimas de feminicídio no país; registros sobre raça e cor são subnotificados principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste*

[\(Alma Preta, 18/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um estudo exclusivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para o **Alma Preta** mostra que 61% das vítimas de feminicídio, homicídio motivado pelo fato de a vítima ser mulher, no país são negras. A porcentagem de não-negras é de 39%.

O levantamento realizado com base em informações de boletins de ocorrência analisou 1.959 casos registrados entre 2017 e 2018. Deste total, 1.425 possuíam registros de raça e cor da vítima, 869 eram negras e 556 não-negras.

A taxa de não informação acerca de raça e cor das mulheres vítimas de feminicídio é de 27,3%. O percentual é considerado grave pelos pesquisadores que elaboraram o estudo.

Segundo a pesquisadora do FBSP, Carolina Pereira, a falta de registro da característica racial das vítimas mascara a real quantidade de casos onde as vítimas são mulheres negras. Isso dificulta a criação de políticas públicas de combate ao crime de feminicídio, especialmente para esse segmento da população.

“É muito importante pensar em políticas públicas a partir de dados que refletem a realidade concretamente, mas como pensar em políticas baseadas em evidências se o próprio poder público dificulta a produção desses dados?”, questiona.

O crime de feminicídio se enquadra na categoria de morte violenta intencional (MVI), na classificação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). As regiões do país com maior invisibilidade acerca de dados sobre raça e cor nesses tipos de crime são a Norte, com informação de raça e cor em apenas 12% dos registros, e Centro-Oeste, com 9%. As regiões com a maior cobertura são o Sudeste, 91%, e o Sul, 87%.

Para a pesquisadora Carolina Pereira, a baixa taxa de informação sobre raça e cor das vítimas no Norte e no Centro-Oeste do país é decorrente do descaso do poder público.

“É muito simples preencher os campos de cor e raça no boletim de ocorrência, mas dentro das instituições policiais essa é uma informação vista sem a importância necessária”, pondera.

### **Endurecimento de leis não é eficaz no combate a feminicídios**

O Senado Federal aprovou em 6 de novembro uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna imprescritível e inafiançável o crime de feminicídio.

Durante votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a autora da proposta, a senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), sugeriu a inclusão do feminicídio no artigo 5º da Constituição, equiparando-o ao crime de racismo.

De acordo com a pesquisadora do FBSP, Carolina Pereira, a medida não deve reduzir o número de feminicídios, principalmente o das mulheres negras. Ela destaca que não existe nenhuma avaliação científica de que o endurecimento de leis penais torna um determinado ato criminoso menos cometido.

“Penas mais duras não necessariamente geram redução de crimes. Não existe essa relação direta, especialmente quando se trata do feminicídio de mulheres negras. Precisamos lembrar que as pessoas negras são as mais atingidas e criminalizadas por leis penais. É muito complicado traçar um raciocínio de que essas ações podem favorecer a população negra, ainda que se trate de mulheres vitimadas”, explica.

A criação de políticas que melhorem as condições econômicas das mulheres é apontada pela pesquisadora como um dos caminhos para reduzir os índices de feminicídio no país.

“Propostas de leis penais são tentativas de abafar o debate sobre a prevenção à violência contra as mulheres a partir da raiz dos problemas. É fundamental que pensemos em estratégias para tirar as mulheres de situações de vulnerabilidade, como relacionamentos abusivos motivados pela dependência econômica”, conclui Carolina Pereira.

*Por Nataly Simões*

---

## **A cada dois minutos, uma mulher é vítima de violência doméstica**

*Nesta semana, diversos casos chocaram a população por causa da brutalidade, como o de uma veterinária espancada por um personal trainer*

**[\(R7, 20/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A cada dois minutos, uma mulher é vítima de violência doméstica no Brasil. Por dia, 180 são vítimas de estupro. No início deste mês, por exemplo, uma **[criança de 10 anos teve que pular da janela do primeiro andar de casa para fugir de uma tentativa de estupro do próprio pai](#)** em Fortaleza, no Ceará - o que corrobora para mais um dado: mais de 50% tem até 13 anos.

Os dados foram divulgados na terça-feira (10) pelo **[Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#)**. Rostos como o da adolescente Brenda Rocha Carvalho, de 14 anos, morta a facadas e abandonada em um matagal em Passo de

Torres, em Santa Catarina, e o da empresária Jamile de Oliveira, de 46 anos, assassinada a tiros pelo namorado e carregada com sangue nas roupas pelo filho adolescente enquanto câmeras do elevador filmaram o episódio evidenciam não somente o aumento de feminicídio no País, mas chocam pela brutalidade e frieza dos criminosos.

“Alguns casos são mais midiáticos porque chocam por conta dos efeitos das imagens e das consequências. Por exemplo, uma criança teve que pular a janela para fugir do estupro do próprio pai. Isso, obviamente, choca”, diz Fabiana Paes, do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica) do MP-SP (Ministério Público de São Paulo).

A argumentação da promotora leva a um fator determinante: o local dos atos de violência. “Durante muito tempo, ouvíamos que o que acontecia dentro de uma família seria um problema daquela família. Mas estamos percebendo que não, é um problema de Estado, porque dentro de casa é justamente o local em que mulheres e meninas são mais desprotegidas”, explica - de acordo com relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, da ONU (Organizações das Nações Unidas), **o lugar mais perigoso do mundo para uma mulher é a sua própria casa.**

Enquanto saía de sua residência e em direção ao carro, que estava no condomínio onde morava, em Goiânia (Goiás), **uma veterinária de 33 anos foi brutalmente espancada pelo namorado,** o personal trainer Murilo Moraes, de mesma idade. Câmeras de segurança gravaram toda a ação e o episódio culminou na prisão do criminoso. Durante o interrogatório, o homem preferiu permanecer em silêncio. O crime corresponde como violência doméstica e, segundo o Fórum, ocorre a cada dois minutos no Brasil, país que caminha na direção oposta em relação a diminuição de desigualdade de gênero, segundo a promotora Paes. “Caímos de 69º para 96º na lista de países em termos de desigualdade de gênero. E isso significa que, ao invés de evoluir, o Brasil não caminha na direção correta. Quando há um discurso político violento, racista, sexista, por exemplo, reforça esse estereótipo e legitima as ações violentas”, afirma.

A promotora denuncia, ainda, o enxugamento de verbas para os aparelhos públicos que trabalham com a violência contra a mulher. “É uma diminuição

de verbas em todas as esferas, municipais, estaduais e federais, de equipamentos. E isso, com certeza, não vai ajudar no enfrentamento de violência - seja qual for”, acrescenta.

Na terça-feira (17), um homem foi preso pela Polícia Civil por ter confessado a autoria do assassinato da [adolescente Brenda Rocha Carvalho, de 14 anos](#), atingida por várias facadas, golpes na cabeça e seu corpo fora abandonado em matagal em Passo de Torres, município a 265 km de Florianópolis. O suspeito teria sido namorado da mãe da vítima e, segundo informações preliminares, decidiu matar a criança por ciúme. Neste caso, a vítima era 16 anos mais jovem do que a idade apontada como apogeu de letalidade. Segundo o relatório anual, 30 anos é o ápice da mortalidade das mulheres.

O Fórum Brasileiro preenche ainda mais com informações o quadro das vítimas de feminicídio: 61% eram negras, 70,7% tinham no máximo ensino fundamental, com crescimento de casos de 4%. Já em relação à violência sexual, 81,8% do sexo feminino, 53,8% tinham até 13 anos, 50,9% eram negras e 48,5%, brancas - essa tipologia, por sua vez, sofreu aumento de 0,8%, totalizando 263.067 casos de lesão corporal dolosa, o equivalente a um registro a cada dois minutos.

“É necessário que o Estado se responsabilize por prevenir e punir os responsáveis. Estes são os dois principais eixos”, diz a promotora. Paes acrescenta que a principal reclamação que chega aos equipamentos da área é a questão de qualidade. “Temos um número, inicialmente razoável de delegacias da mulher em São Paulo, por exemplo, mas não tem qualidade. É preciso dar atenção em como os profissionais lidam com essas questões, desde abordagem à punição efetiva.”

*Por Plínio Aguiar*

---

# A cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é estuprada no Brasil

*Dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que mostram que assassinatos no Brasil caíram 11%, enquanto mortes nas mãos da polícia aumentaram 19%, cujas vítimas são homens (99%), negros (75%) e jovens (78%)*

**[\(El País, 11/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

[O adolescente Marcus Vinícius da Silva](#), de 14 anos, e sete pessoas mais morreram por disparos durante uma operação policial no Complexo da Maré, no Rio, numa quarta-feira de junho do ano passado. O garoto ia para a escola quando foi atingido por um tiro estômago. A fria estatística indica que naquele dia 17 brasileiros foram mortos por tiros da polícia. Eles representam um inquietante fenômeno que está crescendo no Brasil. As mortes em ações policiais aumentaram 19% no ano passado, embora os assassinatos em geral tenham caído 11%, segundo o detalhado Anuário de Segurança Pública 2019 elaborado [pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#), apresentado nesta terça-feira em São Paulo. Os especialistas (acadêmicos, policiais, juízes, procuradores) que elaboraram o relatório de 200 páginas ressaltaram que não existe relação de causa e efeito entre os dois índices.

Uma análise dos dados por Estado mostra, segundo a diretora-executiva do Fórum, Samira Bueno, que “não existe uma correlação direta em que uma coisa se explica pela outra. Os crimes não diminuem mais onde há mais mortes nas mãos da polícia”.

As mortes em confrontos com as forças de segurança aumentaram em relação ao ano anterior. Em 2018, houve 17 mortes diárias, em comparação com as 14 por dia em 2017, quando também ocorreu um aumento significativo.

As tréguas entre facções criminosas são um dos fatores, mas não o único, como insistem os especialistas, que explicam o fato de as mortes violentas terem caído depois de [atingir o número recorde de 64.000 em 2017](#). O Brasil, com 210 milhões de habitantes, é quase duas vezes maior que a União Europeia, e é o país do mundo com mais mortes intencionais.

Este anuário é uma detalhada radiografia da violência durante o ano que antecedeu a chegada de [Jair Bolsonaro](#) ao poder, impulsionado, entre outros fatores, por um discurso de linha dura contra os criminosos, que convenceu milhões de brasileiros preocupados com a criminalidade. Diante de um Governo que pretende flexibilizar a compra e posse de armas, assim como as circunstâncias nas quais os policiais que matam suspeitos são isentados de culpa, os especialistas do Fórum criticaram as duas iniciativas, considerando-as ineficazes para combater a violência.

A comparação com países vizinhos indica que a polícia brasileira está entre as mais letais da América Latina. Bueno detalhou que, embora a dinâmica da violência no Brasil seja semelhante à da Colômbia, lá as vítimas das forças policiais representam 1,5% dos homicídios em geral, sete vezes menos do que no Brasil. A porcentagem brasileira é equivalente à de El Salvador, de quase 11%. Ambos estão muito abaixo da [Venezuela](#), onde as mortes em ações policiais representam arrepiantes 25% dos homicídios, em um país que o anuário destaca que não é democrático.

As vítimas da polícia brasileira são homens (99%), negros (75%), jovens (78%). Um dos especialistas do Fórum apontou o racismo estrutural que existe no Brasil entre os fatores que explicam o fato de que muito mais negros do que seus compatriotas brancos são mortos por tiros da polícia.

## **Educação sobre igualdade de gênero**

O anuário inclui dados estarrecedores, como o de que uma menina com menos de 13 anos é estuprada a cada quatro horas. A violência sexual atinge principalmente os mais vulneráveis, agredidos geralmente em suas casas – por seus pais, padrastos, tios, vizinhos ou primos. Por isso, o fórum destacou a importância de que as escolas eduquem sobre igualdade de gênero e violência sexual. As menores de 13 anos representam mais da metade (54%)

das vítimas dos 66.000 estupros registrados, um dramático recorde no Brasil. As vítimas do sexo masculino são ainda mais jovens, a maioria tinha menos de sete anos. Tanto as vítimas de estupro como de [feminicídio](#) aumentaram 4%, com mais de 1.200 mulheres assassinadas principalmente por seus companheiros ou ex-companheiros em um país onde há uma denúncia por violência doméstica a cada dois minutos. O anuário inclui também dados animadores, como o de que os crimes contra o patrimônio caíram 14%.

*Por Naiara Galarraga Gortázar*

---

## **Cerimônia de entrega do Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SP/SP, 17/12/2018**

O Selo FBSP é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que tem como objetivo reconhecer práticas com potencial de transformação em cenários de vulnerabilidade à violência, sistematizando e disseminando o conhecimento produzido por e para profissionais envolvidos com o tema da segurança pública.

Nesta edição de 2018, além da área de segurança pública, também serão avaliadas iniciativas do sistema de justiça e as experiências vencedoras receberão o Selo FBSP de Práticas Inovadoras em uma cerimônia do Instituto



Avon na cidade de São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2018.

Além das iniciativas ganhadoras, todas as outras finalistas estarão descritas nesta [Casoteca digital](#).



**FBSP**

★ 2018 ★

**PRÁTICAS  
INOVADORAS**

Enfrentamento à  
violência contra  
as mulheres

Contamos com sua participação na cerimônia de  
premição do Selo FBSP 2018 de Práticas Inovadoras

Venha prestigiar o trabalho dos profissionais de segurança pública e justiça  
criminal que se destacaram em 2018 no enfrentamento à violência  
contra as mulheres

**Dia 17 de Dezembro**

**19:00h** Premiação | **Museu da Casa Brasileira**  
**20:30h** Coquetel | Av. Brigadeiro Faria Lima, 2705  
Jardim Paulistano, São Paulo - SP

Confirme sua presença até o dia 13 de dezembro  
(11) 3081-0925 ou [selofbsp@forumseguranca.org.br](mailto:selofbsp@forumseguranca.org.br)

**Realização:**



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

**Co-realização:**

**INSTITUTO  
AVON**

# **Viva Maria: Selo FBSP - Projeto baiano de combate à violência contra a mulher é exemplo para todo o país**

Viva Maria começa a se despedir do mês que, dentre outras coisas, comemorou os 12 anos da Lei Maria da Penha!

*Nesta edição, compartilhamos uma prática inovadora no enfrentamento da violência em cenários vulneráveis como os da capital baiana!*

[\(EBC, 30/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha! Esse o nome da experiência desenvolvida pela Polícia Militar de Salvador e que desde 2015 vem conseguindo desconstruir a ideia de que a lei Maria da Penha foi feita com o objetivo final de punir agressor!

Não por acaso, Ronda para Homens, ano passado foi reconhecido com o selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres!

[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Viva\\_Maria\\_Projeto\\_baiano\\_de\\_combate\\_a\\_violencia\\_contra\\_a\\_mulher\\_e\\_exemplo\\_para\\_todo\\_o\\_pais\\_-1.mp3](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Viva_Maria_Projeto_baiano_de_combate_a_violencia_contra_a_mulher_e_exemplo_para_todo_o_pais_-1.mp3)

E desde já, fica um convite para todo mundo que trabalha na área de segurança pública para participar da edição 2018 do selo FBSP, cujas inscrições estão abertas até segunda-feira, 3 de setembro.

Mais informações no edital de seleção do Selo , no site do Fórum: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br)

Enquanto você anota: [forumseguranca.org.br](http://forumseguranca.org.br) eu vou conversar com a coordenadora do Ronda para Homens, Major Denice Santiago! Seja muito

bem-vinda!

**Viva Maria:** Programete que aborda assuntos ligados aos direitos das mulheres e outros aspectos da questão de gênero. É publicado de segunda a sexta-feira. Acesse [aqui](#) as edições anteriores.

*Apresentação Mara Régia*

## **Ouçá Mais**



- [Viva Maria: Operação Cronos marca despertar da sociedade sobre violência contra mulheres](#)
  - [Violência Doméstica: Em briga de marido e mulher se mete a colher?](#)
- 

# **Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - inscrições até 03/09/2018**

O Selo FBSP é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que tem como objetivo reconhecer práticas com potencial de transformação em cenários de vulnerabilidade à violência, sistematizando e disseminando o conhecimento produzido por e para profissionais envolvidos com o tema da segurança pública.

A primeira edição recebeu quase 50 inscrições, das quais dez foram finalistas e passaram a fazer parte da Casoteca FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - que tem uma edição impressa e também podem ser consultada neste site. Finalmente, três delas foram escolhidas como práticas exemplares para receber o Selo FBSP 2017.

**Selo FBSP 2018**  
Inscrições até 3 de setembro.



O Selo FBSP 2018 de Práticas Inovadoras é destinado ao reconhecimento do trabalho dos/as profissionais de segurança pública e da justiça articulados em rede para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Uma realização do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em Parceria com o Instituto Avon e a Caixa Seguradora. Faça o download do Edital completo e inscreva-se até o dia 03 de setembro de 2018, preenchendo a ficha de Inscrição.

[www.casoteca.forumseguranca.org.br](http://www.casoteca.forumseguranca.org.br)

Apoio



Nesta edição de 2018, além da área de segurança pública, também serão avaliadas iniciativas do sistema de justiça e as experiências vencedoras receberão o Selo FBSP de Práticas Inovadoras em uma cerimônia do Instituto Avon na cidade de São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2018.

Além das iniciativas ganhadoras, todas as outras finalistas estarão descritas nesta Casoteca digital.

O Edital de seleção do Selo FBSP 2018 de Práticas Inovadoras é destinado ao reconhecimento do trabalho dos/as profissionais de segurança pública e da justiça articulados em rede para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Esse ano, as iniciativas serão avaliadas em duas categorias diferentes:

- Agentes públicos de segurança na ativa: Policiais Civis, Policiais da Técnico Científica/Perícia, Policiais Militares, Policiais Federais, Policiais Rodoviários, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.
- Agentes do sistema de justiça criminal em articulação com órgãos da segurança pública ou outros órgãos do poder público municipal ou estadual e/ou sociedade civil. Entende-se por agentes da justiça criminal: integrantes do Poder Judiciário, dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas Estaduais e Federais.

A iniciativa deve estar ativa e em funcionamento há no mínimo doze meses.

Faça o download do **Edital completo** e inscreva-se até o dia **03 de setembro de 2018**, preenchendo a **ficha de inscrição**.

Só serão aceitas inscrições feitas pela internet, mas você pode fazer o download de uma cópia em [PDF](#) para preencher um rascunho da ficha se desejar.

[Ficha de Inscrição 2018](#)  
[Edital 2018](#)

---

## **Notificações de estupro dobram em 5 anos; 50% dos casos envolvem crianças**

O número de notificações de estupro feitas ao SUS (Sistema Único de Saúde) quase dobrou em cinco anos. Segundo o Atlas da Violência 2018, divulgado nesta terça-feira (5) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um salto de 12.087 casos informados em 2011 para 22.918 em 2016. Dentre os casos notificados, 50,9% das vítimas tem até 13 anos.

[\(UOL, 05/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Os dados, entretanto, são considerados muito abaixo do número real de casos. O número de notificações no SUS não chega sequer à metade dos [49.497 casos de estupro informados à polícia e revelados no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#).

“Certamente, as duas bases de informações possuem uma grande subnotificação e não dão conta da dimensão do problema, tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido”, informa o Atlas.

Para efeito de comparação, o Atlas aponta que, nos Estados Unidos, apenas 15% do total dos estupros são reportados à polícia. “Se a nossa taxa de subnotificação fosse igual à americana, ou, mais crível, girasse em torno de 90%, estaríamos falando de uma prevalência de estupro no Brasil entre 300 mil a 500 mil a cada ano”, acreditam os pesquisadores.

Para eles, a alta nas notificações no SUS tem três hipóteses: aumento da prevalência de estupros, aumento na taxa de notificação em decorrência das inúmeras campanhas feministas e governamentais e/ou a expansão e aprimoramento dos centros de referência que registram essas notificações.

### **Perfil de vítimas e agressores**

Os dados do Atlas revelam ainda o perfil de agressores e vítimas, conforme vários aspectos. Em 77% dos casos, a vítima foi atacada por um só agressor; 15% foram por dois ou mais criminosos. As demais vítimas não conseguiram informar.

Já no que diz respeito às raças, 45,3% das vítimas se identificaram pardas, 34,3% brancas e 8,7% pretas. Quanto à escolaridade, a maior proporção dos estupros reportados vitimou mulheres com o ensino médio completo (28,2% das vítimas).

Um dado que chamou a atenção e foi classificado como “desconcertante” é que uma em cada dez vítimas tinha algum tipo de deficiência. Dentre elas,

31,1% apresentavam deficiência mental e 29,6% tinham transtorno mental.

Entre crianças até 13 anos, 30% dos crimes são cometidos por pessoas conhecidas. Já 32,5% dos adolescentes e 53,5% dos adultos desconhecem o agressor.

Quando a vítima e o autor se conhecem, quase 80% dos casos acontecem dentro da residência. Quando eles não se conhecem, a via pública é o principal local de ocorrência. Cerca de um terço dos casos aconteceram em uma situação em que havia suspeita de o agressor ter ingerido álcool, diz o estudo. “A força física e as ameaças foram, em grande parte, o meio empregado para coagir a vítima”, afirma o estudo.

### **Perfil das vítimas**

- 50,9% são crianças de até 13 anos
- 17% adolescentes entre 14 e 17 anos
- 32,1% maiores de 18 anos

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação/SUS

### **Assassinato de mulheres**

Segundo o Atlas, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país -o que representa taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. O número é similar ao de 2015, quando foram mortas 4.621 mulheres (taxa de 4,4 por 100 mil).

Em dez anos, houve um aumento de 6,4% na taxa de mortes violentas de mulheres, informa o Atlas.

*Carlos Madeiro*

---



# Só 11% dos assassinatos de mulheres foram registrados como feminicídios em 2016

*Segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo teve o maior número de assassinatos, mas pouco mais de 10% foram classificados da forma correta*

*([Carta Capital, 30/10/2017 - acesse aqui](#))*

Em Lagoa Grande, em Minas Gerais, uma mulher de 38 anos morreu após uma facada no tórax do namorado. Segundo vizinhos, ele era possessivo e violento. Em Curitiba, a vida de outra, de 26 anos, esvaiu-se em golpes de faca após uma briga com o companheiro. Na virada do ano, em Campinas, um técnico de laboratório matou 12 pessoas a tiros, entre elas, nove mulheres, incluindo sua ex-esposa.

O 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado nesta segunda-feira 29 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), traz o número de assassinatos de mulheres registrados em 2016: 4.657. O número representa uma mulher morta a cada duas horas. No entanto, do total, apenas 533 foram classificados como [feminicídios](#), termo que designa o extermínio de vidas femininas em contextos marcados pela violência de gênero.

Em geral, tal crime viceja sob a subnotificação e a invisibilização. Entre os exemplos, estão mortes de mulheres nas mãos de parceiros ou ex-parceiros incapazes de aceitar um término ou a autonomia da mulher, segundo Dossiê do Instituto Patrícia Galvão.

São Paulo apresentou o maior número, cerca de 525 mulheres assassinadas, onde somente 54 casos foram notificados como feminicídio. Em segundo lugar está Minas Gerais, com 494 mortes e, em terceiro, Bahia, com 471 assassinatos. Já o menor número registrado em 2016 se deu em Roraima, 15 crimes.

Segundo Samira Bueno, diretora executiva do Fórum, a subnotificação demonstra a dificuldade de implementar a Lei do Femicídio no primeiro ano após a promulgação da legislação, em março de 2015.

“A legislação tem sido aplicada de uma forma muito desigual. Existe uma subnotificação imensa e isso faz parte de um processo de [aprendizado dos policiais](#) ao registrarem esse tipo de ocorrência”.

***Leia mais:***

**[“Violência contra a mulher leva tempo para ser enfrentada”](#)**  
**[O feminicídio e a luta contra o machismo na agenda política](#)**  
**[ONU Mulheres cobra mais rigor contra feminicídios](#)**

“Assim como todo policial aprende a atirar, também deve saber como lidar com mulheres em situação de violência”, afirma Bueno, ao lembrar o caso da mulher que foi morta pelo ex-companheiro dentro de uma viatura de polícia, em Minas Gerais.

No caso, o ex-companheiro não havia sido algemado quando eram conduzidos para uma delegacia. “Esse caso mostra um despreparo das polícias ao lidarem com a violência de gênero”, coloca.

Atualmente, existe um teto de 10% no ingresso de mulheres nas polícias. “Se temos essa limitação, como vamos imaginar que a corporação estará apropriada para lidar com as mulheres em situação de violência?”.

Olaya Hanashiro, cientista política e consultora sênior do FBSP, explica que o feminicídio é o desfecho fatal de uma série de violências contra a mulher. “Os [dados de estupro](#) levantados mostram isso”.

Em 2016, foram quase 50 mil estupros notificados, em que 90% dos casos a vítima é mulher. O dado representa um crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. Algumas pesquisas mostram, porém, que a subnotificação dos casos de estupro andam entre 10% e 15%.

“Sabemos que precisamos trabalhar isso desde a socialização. A prevenção é com educação de gênero, que não é nada mais do que falar sobre equidade de gênero”, afirma.

Para Daniel Cerqueira, economista e membro do Fórum, a sociedade inteira é vítima quando uma mulher morre, “porque, nesse contexto, a linguagem da violência está se disseminando”.

“A criança que cresceu nessa situação de violência resolverá seus conflitos na mesma dinâmica, o que acaba criando uma espiral de mortes. Então pensar uma política que fale sobre violência de gênero nas escolas é fundamental”, afirma Cerqueira.

Segundo dados do [Mapa da Violência 2015](#), do Brasil está entre os cinco países que mais mata mulheres no mundo. Está atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Nesse ranking, o Brasil tem quase 50 vezes mais assassinatos de mulheres do que no Reino Unido.

A Lei do Feminicídio foi criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher, que sondou a violência de gênero no Brasil entre 2012 e 2013.

*Por Caroline Oliveira*

---

## **Maioria das vítimas de feminicídio, negras foram também 52% das mulheres mortas pelas polícias entre 2005 e 2015**

*(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 03/ 07/2017)* Duas pesquisas divulgadas em junho evidenciam o peso do racismo patriarcal, institucional e estrutural na dinâmica da violência que atinge as mulheres negras no Brasil.

O 3 de julho marca no Brasil o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Importante nesta data destacar que as 49 milhões de pretas e pardas que vivem no país, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, têm estado historicamente sobrerrepresentadas em todos os índices de violações a direitos. Nessa mesma direção, os dados da [pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo DataSenado](#) entre 29 de março e 11 de abril, com a participação de 1.116 entrevistadas por telefone, ressaltam como o racismo potencializa e torna ainda mais cruel as violências contra negras frente àquelas praticadas contra mulheres não negras. Já o [Atlas da Violência 2017](#), produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostra a dupla face da mortalidade negra feminina, ao apresentar a série histórica de homicídios entre 2005 e 2015. Além de serem maioria entre as vítimas fatais de agressão, mulheres negras são também as que mais morrem pelas mãos do Estado, nas “intervensões legais e operações de guerra”, que é como as operações policiais são denominadas na base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, utilizada para elaboração do Atlas.

### **O racismo nas operações policiais também mata mais mulheres negras**

As negras representam 24,5% da população brasileira. No entanto, de acordo com o Atlas da Violência 2017, 61% das mulheres vítimas de óbitos violentos na década analisada eram pretas ou pardas (27.852 em um total de 45.425). A taxa de homicídios de mulheres negras por 100 mil habitantes cresceu 22% no período, enquanto a de mulheres brancas teve uma redução de 7,4%.

Em números absolutos, nos mesmos dez anos, o crescimento dos homicídios de mulheres negras foi de 47%, enquanto as mortes violentas de mulheres não negras tiveram um decréscimo de 5,6%.

“Temos dois fenômenos misturados aí - o do crescimento da violência letal contra as mulheres impulsionado pelo crescimento da violência de um modo geral na sociedade”, aponta Daniel Cerqueira, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e coautor do Atlas.

Com base nos dados divulgados, a Agência Patrícia Galvão solicitou ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública os números desagregados de mortes de mulheres por agressão e por “intervenções legais ou operações de guerra” combinados com os perfis de raça/cor. Consideradas todas as classificações de raça/cor utilizadas pelo IBGE, as mortes violentas de mulheres por agentes do Estado - tema pouco debatido - tiveram uma variação de 66,7%.

“Se você olha para a ação policial de forma mais ampla e para a vitimização das mulheres de outros pontos de vista, percebe que há uma maior letalidade das negras como resultado da seletividade extremamente perversa calcada no racismo. Ressaltando que, no caso das ações policiais, há uma subnotificação imensa”, ressalta Samira Bueno, coordenadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e coautora do Atlas.

Considerada somente a letalidade oficial do Estado contra mulheres em ações policiais, de 2005 a 2015 foram computadas 75 mortes por “intervenções legal ou operações de guerra”. Destas, 39 vítimas eram pretas ou pardas (52%). O número de negras mortas por agentes da lei pode ser ainda maior porque em relação a 12 vítimas femininas o quesito “raça/cor” consta como “ignorado”. Mulheres que, como a carioca [Claudia Silva Ferreira](#) e a paulista [Luana Barbosa dos Reis](#), morreram pelas mãos de quem oficialmente é pago para proteger vidas.

Além disso, é necessário considerar a subnotificação dos registros de morte por ação policial. “No caso dos dados gerais, de homens e mulheres, se compararmos os registros policiais aos do SUS há uma diferença de cerca de 3,5 vezes para mais nesse segundo registro. E é possível afirmar que o mesmo se verifica especificamente em relação às mulheres, ou seja, que ao invés de 75 mortes por ações policiais tenham havido no período 210 homicídios desse tipo”, afirma Samira Bueno.

Outro dado do Atlas comprova outro impacto da letalidade racializada nas vidas dessas mulheres, que se revela sob a forma dos assassinatos de seus filhos. De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras, em sua maioria jovens do sexo masculino. Em evento realizado pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra para divulgação do dossiê [A situação dos direitos](#)

[humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações](#), várias mães falaram sobre sua dor. Débora Silva afirmou que “o Estado brasileiro é um mutilador de mães. Porque quando o Estado tira nossos filhos, nosso útero, nossas trompas, nosso ovários e nossos seios passam a produzir tumores malignos. Somos mães e temos direito de nos abraçar e nos apegarmos umas as outras porque a dor da perda de um filho não tem doutor que dê jeito, não tem psicólogo preparado para tratar essas mães. E nós precisamos de especialistas. Essas mães estão morrendo e há um silêncio sepulcral para as mortes dessas mulheres, porque são negras, são pobres, são faveladas”. Débora integra o Movimento Independente Mães de Maio na Luta por Memória, Verdade e Justiça. O grupo surgiu da união de mulheres que perderam os filhos entre os dias 12 e 16 de maio de 2006, no Estado de São Paulo, a maioria mortos em ações policiais.

### **Violência doméstica contra negras tem números de guerra**

As mulheres negras vivem outra situação que se equivale em números a panoramas de guerra: violência e morte dentro de casa. Quase 28 mil assassinatos na década. Em um ano 2.902 vidas ceifadas, o equivalente a 8 homicídios por dia.

“Os dados apresentados revelam um quadro grave e indicam também que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Em inúmeros casos, até chegar a ser vítima de uma violência fatal essa mulher é vítima de uma série de outras violências de gênero, como bem especifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Episódios de violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, em um movimento de agravamento crescente, muitas vezes antecedem o desfecho fatal”, destaca o Atlas, que também aponta a importância da ampliação e aprimoramento da rede de atendimento à mulher para melhor acompanhamento das vítimas e prevenção, bem como a necessidade de que a rede possa ser acessada pelo sistema de saúde e não apenas pelo sistema de justiça criminal. Isso porque “muitas mulheres passam várias vezes pelo sistema de saúde antes de chegarem a uma delegacia ou a um juizado, e muitas nunca nem chegam”, ressalta o estudo.

### **O racismo no âmbito doméstico e familiar**

Analisando os dados da pesquisa DataSenado, os resultados confirmam as estatísticas mencionadas acima. A maioria entre as mulheres que já sofreram violências é de pretas e parda, sendo que chama atenção entre as pretas o índice de vítimas declaradas de violência sexual por parceiro íntimo ou em contexto familiar, assim como as que declaram já ter sofrido violência doméstica física cometida por um homem em relação familiar ou íntima de afeto.

Para a psicóloga e psicanalista Maria Lucia da Silva, coordenadora do [Instituto AMMA Psique e Negritude](#) e [fellow da Ashoka Brasil](#), “nesse dado está uma grande perversidade do racismo, que é uma maior objetificação do corpo da mulher”. Maria Lucia avalia ainda que as diferenças nos índices de sofrimento da violência doméstica entre mulheres pretas e pardas podem estar associadas à maior visibilidade e ao empoderamento conquistados pelas mulheres negras, que trouxe também um acirramento dos ataques racistas. “E que, do ponto de vista psicológico, também vai afetar essa mulher, no sentido de como ela é assediada, de como eventualmente tem poucos recursos emocionais, recursos internos para lidar com isso. Ela tem mais acesso aos direitos, ela até usa isso, mas seria importante investigar quais são os custos psíquicos nesse processo de visibilidade - o que tem acirrado o racismo e se colocado como obstáculo à mobilização”, afirma a especialista, que aponta também que o patriarcado faz aumentar a possibilidade dessas violações por parte dos parceiros, que passam a temer, em uma perspectiva machista e de poder, a visibilidade que essa mulher vem conquistando no mundo.

A reportagem conversou também com Lúcia Xavier, coordenadora da ONG fluminense [Criola](#). “Realmente os dados são bastante críticos. Fiquei muito impressionada com esses números, que significam que os processos de violência estão sendo potencializados com os processos de discriminação. E isso significa um certo descaso em relação aos direitos já adquiridos. Então, mesmo aqueles grupos que reconhecíamos como racistas ou sexistas agora estão também se sentindo mais livres ou desresponsabilizados em cumprir as leis”, denuncia a ativista. “O que mais choca nessa situação é que tanto a violência sexual quanto a moral - aquela do xingamento - as deixam descrentes, não só do conjunto de mecanismos para sua defesa mas também

das suas próprias condições para reagir a essas agressões”, afirmou.

A demógrafa Jackeline Romio, coautora do [Dossiê Mulheres Negras 2009 do Ipea](#), concorda. “Em muitos aspectos a violência incide de forma maior nas populações que já sofrem outros tipos de desigualdades. Então, as mulheres que são negras, indígenas e das periferias passam por um acúmulo de opressões e violências”, destaca. Em relação aos índices declarados por pretas e pardas sobre violências psicológicas e morais sofridas, a pesquisadora ressalta que seria importante “uma entrevista aprofundada com essas mulheres para saber o que elas estão entendendo por violência psicológica, por humilhação e por violência moral para compreendermos essas diferenças”.